

# BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

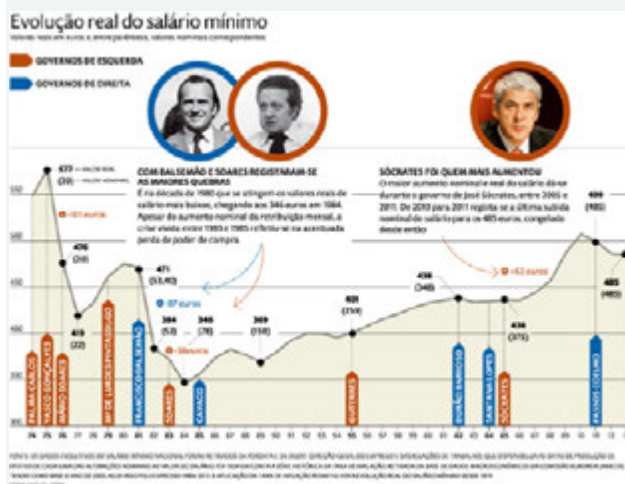
## Pede o ministro da saúde, defendendo o projecto de orçamento para 2018 Diferir as reivindicações?!

Já lá vão mais de 3 anos, em Abril de 2014, o semanário Expresso publicava um estudo em que comparava o valor do salário mínimo da altura, €485, com o do primeiro salário mínimo, criado em Maio de 1974, em plena revolução: 3.300\$00. Aplicando a devida taxa de inflação, concluía-se: o salário mínimo de 2014 era 12,5% inferior ao de 1974.

Pelas mesmas contas, os 3.300\$00 de 1974 equivalem a €574 de 2017. Ora, em 2017, o salário mínimo, depois do último aumento do governo, é de €557.

E este é o salário que hoje recebe um trabalhador português em cada cinco. Há poucos anos, apenas um em cada quatorze recebia o salário mínimo.

Em português escorrito: 43 anos depois do 25 de Abril, os trabalhadores portugueses têm salários



mais baixos do que os conquistados pelos seus pais e avós há quase meio século através de uma revolução.

Dir-se-ia que os “grandes benefícios” de aderir à UE deram nisto: privatização e destruição da indústria e da banca, ruína do campo, emigração maciça da juventude, salários como no tempo da ditadura.

Ah, e lucros milionários para uma pequena minoria. Dir-se-ia que se impõe uma nova revolução.

Não é o que muitos trabalhadores terão vontade de dizer aos senhores ministros que vão ao parlamento dizer que é preciso diferir algumas reivindicações, porque o orçamento não dá para tudo?

Diferir as reivindicações?!

Não dá para tudo?!

O Conselho Nacional da Saúde do próprio sr. ministro vem a público dizer que faltam ao orçamento proposto pelo sr. ministro mil milhões de



euros só para o SNS poder funcionar, *no estado em que está*, sem melhoras.

O orçamento dá para pagar 9.000 milhões para servir a dívida pública com que os trabalhadores nada têm que ver, 9.000 milhões que saem para Franqueforte, Londres, Paris, para a goela de banqueiros e especuladores.

O orçamento dá para ajudar os EUA e UE a fazerem guerras contra os povos do Médio Oriente e África.

Mas o orçamento não dá reduzir o número de doentes por médico e as horas de urgências.

Mas o orçamento não dá para desbloquear as carreiras de funcionários públicos que não só perderam partes (nunca repostas!) dos seus salários durante os anos da troika, como há dez anos não têm aumentos.

Também não “dá” para o governo revogar as leis laborais da troika, nomeadamente a “caducidade” dos contratos colectivos, que impedem os trabalhadores do privado de obterem aumentos salariais. Nem “dá” para revogar as leis (da UE) que permitem aos grandes grupos portugueses fugirem com os seus lucros para a Holanda e outros paraísos e, assim, escaparem ao fisco.

E os senhores ministros vêm pedir aos trabalhadores para diferirem as suas reivindicações?!

Já se conhece a ladainha: mas os compromissos externos... mas a UE... mas o défice... mas a Comissão de Bruxelas... mas o Banco Central Europeu... sempre um mas.

Serão eles que mandam no país, serão eles que mandam no PS e nos seus apoiantes do PCP e do BE. Mas está na altura de os trabalhadores dizerem que, neles, não mandam.

Em Grândola, quem mais ordena? ■

## As Grandes Manobras dos Poderosos

### Passos, Perdido



## Entra Santana, ou Rio, Tanto Faz Marcelo, Fica



## Costa, Logo se Vê

Quando, há semanas, o Presidente da República resolveu dar uma “inesperada” sapatada no governo por causa das “responsabilidades” nas tragédias dos incêndios, os comentadores puseram-se a interpretar febrilmente. Estado de graça acabado? Onde param os afectos? E por aí avante.

### Santana elogia Centeno

No dia 12 de Novembro, um dos candidatos a substituir Passos Coelho na chefia do PSD fez esclarecedoras declarações à TSF/DN: *“Há matérias que (...) são complicadas. De facto, nas poupanças que se fazem ou nas cativações, eu considero meritório o trabalho que tem sido conduzido pelo ministro Mário Centeno. Já disse várias vezes que nunca serei um líder da oposição que só sabe dizer mal do trabalho que é feito, não sou mesmo. Sou português e congratulo-me com o bom trabalho que seja feito por quem esteja no Governo, mesmo que eu esteja a liderar um partido da oposição.”*

Depois da oposição rancorosa e implacável (no tom, pelo menos) do Passos reduzido a chefe de partido, há aqui uma linguagem claramente nova. Santana faz questão de precisar, falando da política do governo Costa: *“Esse caminho tem sido tanto melhor quanto não era esperado, por razões compreensíveis, que o Governo do Partido Socialista fosse tão ortodoxo, ou ainda mais, que o do PPD/PSD/CDS/PP nessa matéria.”*

Que o candidato a chefe do PSD diga preto no branco aquilo para que este boletim tem chamado a atenção dos trabalhadores — isto é, que a política do governo Costa, vassalo voluntário de Bruxelas, não difere, no essencial, da política de qualquer governo que preste vassalagem a Bruxelas, incluindo o de Passos/Portas — não nos pode admirar.

Mas há aqui mais qualquer coisa.

O “abraço do urso” em que Marcelo envolveu Costa desde o início da chamada geringonça (ver, por exemplo, <http://ainternacional.pt/drupal/node/32>), desapertou-se, pela primeira vez, um pouquinho.

Que se passa?

### Geometria variável

Parece ter chegado, para o presidente, a hora de institucionalizar solidamente aquilo que já tem sido, na realidade, a natureza deste governo: uma “geringonça”, talvez; mas não por ser um governo de “frente de esquerda”.

Antes por ser um governo de apoios de “geometria variável”. Por exemplo, para aprovar a entrega do BES ao fundo abutre Lone Star, geringonçou à direita (voto PSD-PSD-CDS); para aprovar umas gotas de aumento do salário mínimo e pensões, geringonçou à esquerda (voto PS-PCP-BE).

Marcelo já na altura (fim de Maio) dissera: *“A sustentabilidade das políticas públicas reforça a necessidade de um compromisso político de médio e mesmo mais longo prazo”* Quais políticas? Ora: “O

Presidente *“não tem dúvidas quanto ao rumo de Portugal: ter um défice abaixo de 3%. Este foi o compromisso assumido com a União Europeia, que o Governo vai necessariamente cumprir”* (Expresso, 1 de Junho). E quais compromissos? *“Os consensos são consensos, portanto são à direita e à esquerda. Não há consensos só à direita e só à esquerda. O ideal era que em grandes questões nacionais houvesse consensos muito largos, envolvendo direita e esquerda”*.

Santana responde à chamada: pronto para garantir a continuação da política

seguida até aqui. Pronto para colaborar na geometria variável de Costa e seus apoios; pronto para substituí-lo e manter o rumo, se o governo fraquejar.

Atenção: não é só Santana que exprime este “realinhamento”. Passos, teimoso, que só sabia dizer “eu é que ganhei”, custou-lhe a teimosia um pontapé no rabo. Mas e Rio, “o outro”?

Santana aproveita, expedito, a pergunta do jornalista se ele está disponível para assinar os tais “pactos de regime” com A. Costa: *“vejo um ponto de convergência com o meu oponente interno [Rio]: os dois temos disponibilidade*

*“... os dois [Santana e Rio] temos disponibilidade nessa matéria [para pactos de regime com A. Costa]...”*

*n e s s a  
m a t é r i a  
para o fazer.  
Por que é?  
Então passa  
pela cabeça  
de alguém  
que investimentos de  
centenas de  
milhões de*

*euros, para não dizer mais, não sejam acordados entre os partidos que podem governar? E que não se admita que lá por entrar um partido e depois outro é tudo posto em causa e tudo muda? Com certeza que eu admito, admito que isso possa acontecer.”*

Diz bem Santana: “lá por entrar um partido e depois outro” dos que “podem” governar (parece que PCP e BE ganham, por bom comportamento, direito de cidade no arco da governação), nada muda, assim siga o barco o rumo ditado por Bruxelas.

Razão para os trabalhadores dizerem:

- Nenhuma confiança neste governo, confiemos unicamente na nossa própria organização!
- Fim aos “diferimentos”! Satisfação imediata das reivindicações dos profissionais de saúde, professores, funcionários públicos!
- Revogação imediata das leis laborais da troika! Desbloqueamento dos contratos colectivos! ■

## Porque é necessário romper com a política da UE e os seus tratados?

**Dizem-nos muitos trabalhadores e militantes que este governo Costa/PS com o apoio parlamentar do PCP e do BE não é a mesma coisa que o anterior governo Passos/UE/BCE/FMI. Que repôs parte dos salários e reformas que o outro tinha roubado. Alguns acrescentam: nem é a mesma coisa que o governo Sócrates, que nos trouxe o PEC, os cortes nos salários e nas reformas. Os trabalhadores em geral suspiram de alívio por não terem todas as semanas uma lei qualquer a retirar-lhes mais direitos.**

É assim — em parte. Mas não é menos verdade que todos estes três governos confessadamente dependeram e dependem, acima de tudo, exactamente dos mesmos tratados, instituições e políticas da UE. Escreveram-no todos eles nos seus programas, preto no branco.

Quando este governo cumpriu a reposição parcial dos salários e reformas roubados, foram as inúmeras mobilizações e greves operárias, estudantis, etc., dos anos da troika que tiveram, enfim, vencimento.

O governo Costa/PS tem dito que se pode cumprir os critérios da UE sem austeridade e sem cortes. Aplicar, portanto, exactamente os mesmos critérios — mas “de outra maneira”.

Certo é que essa “outra maneira” já implicou o salvamento dos accionistas dos bancos falidos (BPN, BES, Banif) por um preço orçamental de milhares de milhões de euros, a benefício, por exemplo, de Cavaco Silva e amigos.

Certo é que essa “outra maneira” impede agora o governo de responder, por “falta de verba”, a reivindicações elementares dos trabalhadores: repor *na íntegra* o que os governos anteriores tiraram, desbloquear as carreiras de médicos, enfermeiros, professores e outros funcionários públicos e aumentar salários há muitos anos congelados. Essa “outra maneira” impede de repor a legislação laboral e de desbloquear a contratação colectiva, impedindo, assim, os trabalhadores do privado de obterem, com os seus sindicatos, aumentos salariais e outros direitos.

Este governo saiu de uma maioria de votos nos partidos que se reclamam do trabalho (PS, PCP, BE). Porém, a primeira coisa que fez foi definir-se como governo submetido aos ditames da UE, aos imperativos da dívida pública, às “reformas estruturais”, à redução das despesas públicas, nomeadamente das despesas com salários.

### Sem mais cortes?!...

Através do Plano de Estabilidade e Crescimento que mandou para Bruxelas, o governo compromete-se a reduzir a despesa com salários da função pública em 10% até 2021. No mínimo, isso implicará não substituir os trabalhadores que se aposentarem. Com serviços públicos essenciais já não à beira do colapso, mas em queda livre, o que nos faz isso antever?

Bruxelas, secundada pelo Conselho de Finanças Públicas, acaba de lembrar ao governo que, para chegar àquele seu compromisso, tem de o traduzir mais claramente já no orçamento para 2018. Isso implicaria, sem dúvida, pôr em causa até compromissos limitados assumidos, por exemplo, com os enfermeiros — sem falar das aspirações de muitas outras categorias.

Mas perguntar-se-á: existe alternativa? Sim, existe! Os trabalhadores da saúde, do ensino e dos outros sectores que exigem os seus direitos têm razão em lutar até ao fim

pelos seus reivindicações. Essa é a alternativa. Se, para isso, é preciso romper com a UE e a dívida externa, rompa-se então com a UE e anule-se a dívida externa. Se, para isso, é preciso um governo que em vez de prestar vassalagem às políticas e instituições de Bruxelas, preste vassalagem aos trabalhadores e aos seus interesses, forme-se esse governo, declarem os partidos em quem os trabalhadores votam que estão dispostos a formar um governo independente de Bruxelas, disposto a expropriar a banca, a nacionalizar a grande indústria papelreira, a investir nos serviços públicos, no serviço nacional de saúde, nos transportes públicos, no ensino, na protecção da floresta.



A vassalagem a Bruxelas é a vassalagem aos especuladores, capitalistas e banqueiros que dirigem a UE, que fazem e farão com que este governo governe para eles e para os interesses que defendem e não para os dos trabalhadores que votaram PS, PCP e BE.

Dizem que o orçamento 2018 incluirá compromissos com os sindicatos de desbloqueamento das carreiras em vários sectores da administração pública — embora só produzindo efeitos reais em 2019. Ora, sabe-se que mesmo as reposições muito “faseadas” dos direitos roubados aos trabalhadores não agradam a Bruxelas, de quem depende a pré-aprovação do orçamento. Por muito que queira, o governo PS/Costa não pode agradar aos dois lados — capitalistas e trabalhadores. Valha a verdade, ninguém o pode acusar de não ter dito logo no seu programa que, na dúvida, prevaleceria Bruxelas, ou seja, prevaleceriam os capitalistas.

As recentes greves de enfermeiros, professores e outros sectores mostram que os trabalhadores não estão à espera de benesses nem confiam em boas palavras e promessas; sabem que só mobilizando-se eles, até ao fim, com as suas organizações, poderão conseguir resultados.

Pela nossa parte, estamos incondicionalmente com eles em cada luta e em todas as lutas. ■

### Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”;

Endereço mail: [a.internacional.pt@gmail.com](mailto:a.internacional.pt@gmail.com);

Responsável: José Júlio Santana Henriques

Página web: <http://ainternacional.pt>

## Com a sua luta, os médicos estão a defender o Serviço Nacional de Saúde!



A luta dos médicos vem pôr a nu para onde caem as políticas do governo quando postas à prova: entre satisfazer as justas reivindicações dos médicos que, conjuntamente com os enfermeiros, dão a cara pelo Serviço Nacional de Saúde; e satisfazer os compromissos internacionais com os tratados europeus e o pagamento da dívida aos banqueiros e especuladores — corta na saúde, como corta nos outros serviços públicos.

Os cortes nas carreiras e salários dos médicos e dos enfermeiros são apenas uma parte do que o governo faz ao sector. Segundo o SIM (Sindicato Independente dos Médicos – Expresso, 29-10), “Finanças bloqueiam cirurgias oncológicas no IPO Lisboa: “A verba necessária, cinco milhões de euros, foi dada ao hospital em 2015, (...) mas só pode ser aplicada com um despacho do Governo a autorizar o investimento. O pedido espera resposta desde Junho do ano passado.”

E os doentes oncológicos esperam pelos tratamentos, até... ser tarde? Quantas vítimas escondidas faz o desinvestimento no SNS? Onde é que isto vai parar?

As verbas “cativam-se”; belo termo, “cativar”. Mas lembre-se que os cativos não são as verbas, são os doentes. E o SNS, que se está, com eles, a morrer no cativeiro. O órgão que aconselha o governo (Conselho Nacional de Saúde) diz que o buraco no SNS é de mil milhões em relação ao projecto de orçamento 2018. Isto só para ele funcionar tal qual está.

Não se chama a isto dismantelar o SNS?

A CGTP bem refere que “Num momento em que o Governo prevê gastar, em 2018, mais de 2 mil milhões de euros do dinheiro dos impostos pagos pelos portugueses, nomeadamente com PPP's, SWAP's e a banca privada, é inadmissível que continue a não corresponder às justas reivindicações dos sindicatos e a encontrar soluções que valorizem os profissionais de saúde e ponham termo à sangria que o Serviço Nacional

de Saúde está a sofrer com a saída de médicos para o estrangeiro....A CGTP-IN reafirma a solidariedade à greve dos médicos e às suas organizações sindicais e apela ao povo português para apoiar esta luta que sendo dos médicos é, simultaneamente, de todos os que defendem a melhoria do Serviço Nacional de Saúde.” (DIF/CGTP-IN Lisboa, 7.II.2017).

Quais são as reivindicações dos médicos: “a redução de horas extraordinárias obrigatórias (a 150 por ano), das horas de trabalho em urgência por semana, bem como a reversão integral dos cortes no pagamento das horas suplementares e menos utentes por Médico de Família”.

Além disso, denunciam a não abertura de concursos públicos para a colocação de médicos especialistas nos hospitais públicos após terminarem o internato em Abril, por ser necessário celebrar um contrato de trabalho. Estes médicos continuam a exercer actividade de especialistas, mas recebem como internos.

É preciso inverter este curso, não só na saúde, mas a nível nacional. A medicina, mais do que curativa, deve ser preventiva. Como é que o SNS irá fazer frente (<https://www.jn.pt/14/11/17>) a um surto de 200 diabéticos dia?

A luta dos médicos, como dos outros sectores da saúde, insere-se na defesa do SNS, na defesa da população em geral. Como bem refere a CGTP, é preciso a solidariedade de todos no apoio à luta dos médicos e dos seus sindicatos. Está em causa a defesa do SNS. ■

### Agora a legionella

#### Desinvestimento público e cada vez mais catástrofes

O Conselho Nacional da Saúde, nomeado pelo Ministro da Saúde para o assessorar, declarou recentemente que para o SNS funcionar tal como é, portanto sem melhorar, **faltam ao orçamento previsto pelo próprio ministro mil milhões de euros.**

A despesa pública com a saúde tem baixado nos últimos anos em proporção do PIB. É agora inferior “à média da OCDE, ao contrário do que acontecia num passado recente”. Os cidadãos pagam já cerca de 28% dos gastos directamente do seu bolso, informava recentemente o Público. Em média, claro. Melhor dito: quem tem dinheiro, paga cada vez mais do seu bolso; quem não tem, não tem saúde.

Nos orçamentos de 2016 e 2017, bateram-se todos os recordes de falta de investimento público. Em consequência, não há dinheiro para manutenção e substituição de equipamentos. Por exemplo, autocarros, comboios... meios aéreos para os incêndios... tor-

res de arrefecimento de hospitais...

Embora os surtos de legionella estejam quase sempre associados a má manutenção de equipamentos, talvez o do hospital S. Francisco Xavier seja caso isolado, fruto de descuido local e não de falta de investimento?

Entretanto, a legionella apareceu em Mangualde. Bem longe do Restelo.

Para salvar o BES e o BANIF, choveram milhares de milhões de euros. Para pagar os empréstimos da troika, cerca de 9.000 milhões por ano rumam a Franqueforte, Londres, Paris. Tanto quanto se orçamenta para o SNS.

Para a UE e seus critérios: tudo. Para a saúde, os transportes, as reformas, a floresta: nada.

A catástrofe dos incêndios custou mais de cem vidas. A legionella já vai em cinco, e quarenta infectados. O que virá a seguir? Quantas mais mortes teremos de sofrer à conta desta política seguida pelos governos às ordens de Bruxelas e do FMI?

## Greve Geral dos Professores, 15 de Novembro

### Satisfação das Reivindicações sem “Diferimento”!

### Contagem Integral do Tempo de Serviço!

Os sindicatos da CGTP (FENPROF) e UGT (FNE) convocaram greve para 15 de Novembro, com Manifestação Nacional em frente à Assembleia da República. A mobilização envolve quer professores quer educadores de infância.

Já a 27 de Outubro a FENPROF se tinha associado à greve convocada pela Frente Comum de sindicatos da Função Pública (CGTP). A FNE tinha convocado uma greve à primeira aula do dia a partir de 3 Novembro. A FENPROF fez, ainda, um apelo à greve às actividades de contacto com os estudantes não inseridas na componente lectiva.

A reivindicação central dos professores é a recusa de que, como pretende o governo, se apaguem, para efeitos de carreira, 9 dos últimos 12 anos lectivos do tempo de serviço dos docentes. Exigem também que o descongelamento das carreiras fique consagrado no orçamento de Estado para 2018. Os sindicatos exigem, ainda, negociações para corrigir o horário excessivo dos docentes, integrando as horas de contacto com os alunos na componente lectiva, um regime específico de aposentação, estabilidade no emprego dos docentes e concursos de colocação justos. Reafirmam a sua oposição a qualquer processo de municipalização das escolas.

A luta dos professores, como a dos médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, está no centro da situação social e política do país.

Enquanto os ministros pedem aos trabalhadores, nomeadamente aos da função pública, que “difiram” as



suas reivindicações, os trabalhadores, depois de dez anos de ataques sem fim e outros dois anos de diferimentos, sabem que não podem esperar mais.

Nada há a esperar de diferimentos senão mais traições e mais cortes.

É agora que é preciso arrancar as reivindicações! ■

## Plano B para esta União Europeia ou Ruptura com os Tratados Europeus?

### O apoio do BE aos orçamentos mostra ao que leva alimentar “à esquerda” ilusões na “Europa”

Com o Bloco de Esquerda de anfitrião, realizou-se em Lisboa, em Outubro, uma “Cimeira europeia” para discutir um “Plano B” para a Europa. Presentes numerosos deputados ao Parlamento Europeu (“eurodeputados”) de vários países.

A “Cimeira” emitiu uma “declaração de Lisboa” com uma série de propostas de reforma da UE: “*reforma dos objectivos e estatutos do BCE*”, por exemplo. “*Auditoria da dívida pública e abolição de partes da dívida ilegítimas, ilegais e insustentáveis*”. “*Combate à evasão fiscal*”. E por aí fora.

Curioso método: apresentar pedidos de reformas de processos e instituições que são aquilo mesmo que decorre dos tratados e para que eles foram criados e assinados.

Todos os países da UE estão hoje sujeitos a uma inamovível teia de tratados, instituições, regulamentos, que são completamente imunes a qualquer processo vagamente democrático.

Um trabalhador descontente com o rumo do seu país pode teoricamente formar um partido, juntar-se a outros, tentar mudar o parlamento e o governo e, portanto, o rumo político que lhe desagrada.

Bem, podia.

Com a UE e a sua teia, os parlamentos nacionais limitam-se a transpor regulamentos adoptados em Bruxelas.

O que pode fazer o trabalhador de qualquer país da UE para mudar isso? Se alguém souber, venha-nos dizer.

Não é decerto com “planos B” para a UE.

É que os planos B levam, na prática, a isto, por exemplo: o chefe parlamentar do BE, P. F. Soares dizer que “*Um orçamento do Bloco de Esquerda não mostraria subserviência ao défice*”. Subentende-se: ao contrário dos orçamentos do PS — como é, aliás, bem evidente para qualquer trabalhador.

Mas o que faz o BE? Vota os orçamentos que mostram “subserviência ao défice”. E, portanto, se a lógica não é uma batata, mostra subserviência ao défice.

Pode-se defender os interesses dos trabalhadores e “reformular a UE”? Não.

Para defender os trabalhadores, é preciso romper com a UE. ■

## Jornadas de estudo da actualidade da revolução de Outubro, Paris, 4 de Novembro de 2017 **A Revolução Russa Vive!**

No Sábado, 4 de Novembro, realizaram-se em Paris, entre as 10h e as 18h, jornadas de estudo e debate sobre a revolução russa, organizadas pelos nossos camaradas do POID (Parti ouvrier indépendant démocratique). Com um audiência interessada composta por mais de 1000 pessoas, entre os quais os delegados portugueses à conferência do CORQI (ver página seguinte), o debate englobou um painel de historiadores e activistas de diversa proveniência e incluiu ampla discussão com o público, que apresentou numerosas perguntas. Uma brochura e um vídeo a editar proximamente reproduzirão os debates na íntegra. Aqui, alguns aspectos salientes.

Eric Augnoble, professor na universidade de Genebra e especialista da fase inicial do regime soviético, abriu as jornadas com uma comunicação sobre o carácter proletário da revolução e a aspiração popular ao comunismo:



*“A revolução não é um objecto frio”, começou por marcar, “ao contrário do que pretendem historiadores que falam como se estivessem a dissecar um cadáver. A revolução russa não é um monumento, está viva.”* O Partido Bolchevique era um partido vivo e, por vezes, uma “bagunça”. Evocou o papel da classe operária, *“numericamente minoritária, jovem, muito concentrada, mas desestruturada pela guerra imperialista”*.

Jean-Jacques Marie, historiador especialista da revolução russa, debruçou-se sobre a história da guerra civil que se seguiu à revolução.

Explicou as diferentes etapas desta guerra entre duas classes sociais com interesses opostos e as consequências que teve para o povo russo, apesar de a intervenção militar das grandes potências imperialistas não ter conseguido esmagar a revolução russa.

Salientou a diferença entre as posições de Lenine e do militante social-democrata Otto Bauer, que aconselhava a *“sobretudo, não tomar o poder para fazer a revolução social”*. Lenine: *“os bolcheviques vão tomar o poder, e faremos o que pudermos”*. *“Leiam o último texto de Lenine, “Mais Vale Menos, Mas Melhor”, um texto absolutamente luminoso. Verão que ele não andava na lua: “Poderemos aguentar o país, com camponeses meio arruinados, até o socialismo triunfar na Europa e mais além?”, pergunta, com lucidez”*.

Jean-Numa Ducange, professor na universidade de Ruão, falou da revolução alemã, vincando o papel da social-democracia alemã (SD), muito influente entre os revolucionários, a traição dos dirigentes da IIª Internacional, ao votarem o orçamento da guerra dos seus países em 4 de Agosto de 1914. Ao relatar a revolução dos conselhos operários de 1918 a 1923, referiu-se à história das organizações revolucionárias alemãs que se reivindicavam do marxismo, às suas rupturas e reagrupamentos.

*“Foi nessa época que a SD começou a aplicar a estratégia de “bloco central”, a sua aliança com a burguesia. Para regozijo do chefe do*  
*Pela Internacional Operária*

*Estado-Maior do exército, que declarou: “Um governo sem SD parece-me impossível, senão será greve geral atrás de greve geral.”* O orador referiu os crimes dos dirigentes sociais-democratas que assassinaram Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e reprimiram a insurreição operária, permitindo a continuação da ordem burguesa.

*“Apesar das grandes divergências com Lenine”, explicou, “Rosa Luxemburgo inclina-se para a solidariedade com os bolcheviques. Exclamará: “Eles ousaram!”*

Falou seguidamente o historiador Roger Martelli, que falou do estalinismo e do seu papel de “coveiro de Lenine”. Fê-lo enquanto militante que fez toda a sua carreira política no quadro do estalinismo.

O historiador russo Mark Vassiliev apresentou a acção das organizações comunistas clandestinas na URSS na época estalinista e a sua luta clandestina em defesa das conquistas de Outubro. Mencionou a actualidade de Outubro na Rússia, cem anos depois. *“O que resta? A memória da igualdade social! Embora nunca se tivesse atingido a igualdade plena, na Rússia de hoje, o grau de desigualdade não*



*tem precedentes. Politicamente, a situação não é fácil. Durante mais de sessenta anos, o nome de Trotsky foi impronunciável, a não ser como o pior inimigo de Lenine. Só hoje se edita Trotsky na Rússia”*.

Referindo-se à actualidade da revolução russa, Daniel Gluckstein, da direcção nacional da secção francesa da IVª Internacional, secção do CORQI, começou por fazer o paralelo entre a posição de Lenine sobre o direito dos povos a disporem de si mesmos e a mobilização em curso na Catalunha. *“Não há modelos”, referiu, “há condições históricas. Há aspectos de organização.”*

Referiu depois como os processos da revolução russa impregnaram o Partido Bolchevique. *“Partido que se temperou na experiência dos operários, que dela se alimentou, nela se modificou e se revolucionou. Não o Estado e a Revolução”, a convicção de Lenine é de que os trabalhadores devem tomar o poder. A urgência da situação não se resolveria sem a classe operária ter o seu próprio governo, o seu próprio poder.”* *“Sim, os bolcheviques ousaram! É essa actualidade de Outubro que hoje comemoramos. A nossa acção organizada visa ajudar a classe operária a resolver a seu favor a questão do poder.”*

As jornadas concluíram-se ao som vibrante d’A Internacional.

## IIª Conferência Mundial do CORQI

(Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Saulx-les-Chartreux (França), 1 a 3 de Novembro de 2017

Realizou-se nos arredores de Paris a IIª Conferência Mundial do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional, criado no início de 2016 em Turim, Itália.

Estiveram representadas secções e grupos de 30 países da Europa, Ásia, África e Américas. Cinco delegações viram-se impedidas de participar por os respectivos governos ou o governo francês lhes terem negado os vistos.

O grupo “A Internacional”, que edita este boletim, representou Portugal.

A Conferência discutiu em pormenor a situação mundial e as tarefas que se põem aos partidos, grupos e militantes que se batem pela construção do partido da revolução mundial e das suas secções em cada país.

A Conferência adoptou um Manifesto aos trabalhadores, militantes e jovens de todo o mundo ([http://ain-](http://ain-ternacional.pt/drupal/node/92)



[ternacional.pt/drupal/node/92](http://ain-ternacional.pt/drupal/node/92)) e uma Saudação aos Trabalhadores da Catalunha (ver página 6, também <http://aininternacional.pt/drupal/node/93>), poucos dias após a proclamação da República em Barcelona.

A Conferência elegeu um Comité Internacional para dirigir o CORQI entre conferências internacionais.

Foi um passo importante para a reconstituição da IVª Internacional e, por conseguinte, para ajudar à res-

olução do que continua a ser a principal dificuldade no caminho da resistência ao imperialismo decadente e às suas guerras e cada vez mais agravada exploração: a ausência de uma direcção revolucionária reconhecida, à imagem do Partido Bolchevique de Lenine e Trotsky, que ajude os trabalhadores a tomarem o poder nas suas mãos em cada país. ■

## Viva a República Catalã! (cont. da p. 8)

votando contra, nos casos em que tinham representação parlamentar; chegando, nalguns casos, a organizar, juntamente com a monarquia e com Rajoy, o recurso ao artigo 155º, que suspende as liberdades; e chegando, noutros, a legitimar novas eleições que, ao fazerem-se sob a bota das forças repressivas, mais não significam do que a vontade de apagar o resultado de 1 de Outubro; chegando, até, noutros casos ainda, ao cinismo de apelarem a lutar contra esta República, proclamada no dia 1 de Outubro, em nome de uma hipotética República que houvesse de vir no futuro.

Uma vergonha, quando a responsabilidade deles era apelarem, em toda a Espanha, a comícios operários com palavras de ordem de: “*Forjemos a unidade de todos os trabalhadores da cidade e do campo de todas as regiões do Estado espanhol para pôr cobro aos planos anti-operários ditados pelo FMI e pela União Europeia, por um processo constituinte que permita abater a monarquia franquista e instaurar repúblicas em todas as regiões e a união livre das repúblicas livres de todo o Estado espanhol*”; mas que não só se recusaram a organizar tais comícios, como, pelo contrário, fizeram campanha para virar contra os trabalhadores catalães os trabalhadores da Andaluzia, do País Basco, de Castela e das outras regiões.

Uma vergonha que, em todos os países da Europa, aqueles que encabeçam organizações operárias tenham virado as costas ao seu dever de solidariedade de classe com o povo catalão.

Uma vergonha, continuarem a fazer tudo para isolar os trabalhadores catalães do conjunto da classe operária do Estado espanhol e de todos os países do continente.

**Não toquem no povo catalão! Libertação dos presos políticos! Fim dos processos!  
Viva a República Catalã!**

### Saudamos os trabalhadores da Catalunha

Saudamos os trabalhadores da Catalunha. Sabemos que a situação é difícil e que eles nada podem esperar dos dirigentes que, depois de organizarem o referendo, reafirmaram a sua fidelidade à União Europeia e ao capital financeiro. Mas também sabemos que, na mobilização, se têm constituído comités de defesa do referendo (CDR) e da República. Sabemos que alguns desses CDRs decidiram, custasse o que custasse, continuar a organizar a mobilização para defender as conquistas de 1 de Outubro.

**No dia 2 de Novembro, dezenas de milhares de manifestantes de todas as cidades da Catalunha proclamaram a sua indignação contra as prisões e a repressão, gritando palavras de ordem de denúncia do papel da União Europeia e apelando à greve geral.**

### Não toquem no povo catalão

Temos confiança em que o resultado de 1 de Outubro, afirmando a realidade da República da Catalunha, continuará, sejam quais forem as vicissitudes, a representar o primeiro passo, preparatório de outros.

Temos confiança na capacidade dos trabalhadores e dos jovens, na Catalunha como em todas as regiões de Espanha, de encontrarem a via de organização que lhes há-de permitir levar de vencida os seus direitos.

Garantimo-vos que o CORQI, parte integrante das lutas dos trabalhadores e dos povos pela sua emancipação em todo o mundo, estará ao vosso lado nesta luta decisiva. Em todo o mundo, as suas organizações e militantes estão a participar e continuarão a participar em todas as acções de mobilização, exigindo:

## Saudação aos trabalhadores da Catalunha

**Viva a República Catalã!**

A Segunda Conferência Internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), que decorreu de 1 a 3 de Novembro corrente nos arredores de Paris com a participação do grupo “A Internacional” de Portugal, adoptou a seguinte **saudação aos trabalhadores da Catalunha**:

Nós, delegados vindos de trinta países reunidos na conferência do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), saudamos o movimento dos trabalhadores, da juventude e do povo da Catalunha, que abriu uma situação nova à escala do Estado espanhol e de todo o continente.

Apesar da repressão, apesar da destruição de urnas, apesar da violência policial, no dia 1 de Outubro de 2017 centenas de milhares de pessoas mobilizaram-se e, pela sua mobilização, impuseram uma votação — cujo carácter maioritário é indiscutível — para instaurar a República.

**Que significa a República?**

República significa fim da monarquia, fim de todas as instituições opressoras de todos os povos do Estado espanhol, fim das instituições opressoras instauradas pela ditadura de Franco durante quarenta anos e prolongadas pela monarquia franquista por outros quarenta anos.

República na Catalunha é a porta que se abre para o processo constituinte que há-de outorgar ao povo — e, muito particularmente, à maioria constituída pelos trabalhadores das cidades e dos campos e pela juventude — o poder de decidir qual há-de ser o conteúdo social e as formas políticas da República.

República há-de ser, para os trabalhadores da Catalunha e de todo o Estado espanhol, a possibilidade de

romper com os planos do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia, a possibilidade de romper com os planos da troika rejeitados por milhões e milhões de grevistas e manifestantes, primeiro em 2012 e depois, de novo, em 2014. É a possibilidade que se abre de fazer caminho para uma República cujo conteúdo social possa ser o de uma República operária.

República na Catalunha é a brecha que se abre para repúblicas em todas as regiões de Espanha, a brecha que se abre para a união das repúblicas livres de todo o Estado espanhol.

Trabalhadores, sabemos-lo bem: a classe social que mais interesse tem na proclamação da República e na queda da monarquia é a classe operária.

**No dia 1 de Outubro, o povo manifestou a sua vontade**

Como declarava, nos dias que se seguiram ao referendo, um dos comités de defesa do referendo e da república: “No passado dia 1 de Outubro, o povo da Catalunha decidiu, em referendo, manifestar a sua vontade de se constituir como República independente e fê-lo sob condições de brutal repressão por parte da polícia nacional espanhola e da Guardia Civil. Em muitas secções de voto deste bairro, os habitantes tiveram que defender o seu direito de voto com o

seu próprio corpo, tornando-se vítimas directas da violência policial, mas também actores directos do exercício da sua firmeza democrática, que deu a volta ao mundo. Dois dias mais tarde, no dia 3 de Outubro, uma greve geral contra a repressão e pelas liberdades paralisou o país, mobilizando massivamente a sociedade catalã, greve geral na qual — pois não pode ser de outra maneira — a classe trabalhadora se tornou na força social mais activa e decisiva. Neste comité de defesa da república, entendemos que a greve geral deve continuar, pois é um instrumento importante de luta para os próximos dias e semanas, não só para nos defendermos contra as medidas repressivas do Estado, mas também para defender a República nascente e para lutar pela libertação dos dois Jordis, reféns nas mãos do Estado espanhol. (...) Seguindo a palavra de ordem

que lançamos no dia 1 de Outubro: “Organizemo-nos por um “sim” de classe”, propomo-nos contactar com as trabalhadoras e trabalhadores do bairro, a fim de associá-los à defesa da República e apoiar as suas lutas e reivindicações laborais. A nova República deve nascer, afinal, para resolver os graves problemas sociais de que sofremos e para podermos construir uma sociedade mais justa.”

A partir do dia 28 de Outubro foi a re-

pressão brutal, a mando do governo Rajoy, em consonância com a natureza das instituições da monarquia. Repressão brutal apoiada e instigada por Trump, pela União Europeia e por todos os governos das grandes potências.

**A União Europeia contra a República Catalã**

A União Europeia e os capitalistas manifestaram claramente a sua hostilidade à República Catalã. Perceberam claramente que os seus interesses de classe estavam ameaçados pelo surto da mobilização de centenas de milhares de pessoas para derrubar a monarquia. Perceberam-no perfeitamente e, com eles, percebeu-o toda a santa aliança dos dirigentes dos diversos governos dos países da Europa e da União Europeia.

Trabalhadores da Catalunha, trazemo-vos a saudação do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional.

**Afirmamos que é uma vergonha os dirigentes das organizações que se reclamam da classe operária e do movimento operário terem-se erguido contra a proclamação da República Catalã,**

(cont. p. 7)

